

Trabalhador também faz "lobby"

São Paulo — Os trabalhadores brasileiros — assim como os empresários, a Igreja, os fazendeiros e agora até os censores — organizaram um lobby para atuar junto à Constituinte. Trata-se do Conselho da Cidadania dos Profissionais na Constituinte, que tem como promotor a poderosa Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), que receberá assessoria direta do Diap — Departamento Intersindical de Ação Parlamentar, entidade mantida pelos sindicatos de todo o país.

Disposta a realmente influir a favor dos projetos que interessem aos trabalhadores na Constituição, o CNPL entregou a presidência do lobby à Ordem dos Advogados do Brasil e a vice-presidência ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, ficando ela com a secretaria executiva. A primeira reunião formal do lobby em Brasília, que já dispõe de uma sala no Congresso, está marcada para o próximo dia 2 de fevereiro. Haverá reunião toda primeira segunda-feira de cada mês, até o término da Constituinte.

Segundo um dos organizadores do lobby, o economista Paulo César Timm, consultor da CNPL, o conselho tem como objetivo ajudar na mobilização dos trabalhadores em torno da "problemática sindical no país e suas relações com os três poderes, bem como a definição de estrutura e financiamento do movimento sindical".

Pretendendo apresentar à nação propostas mais ou menos consensuais das diversas tendências políticas que hoje constituem o movimento sindical, assessores da secretaria executiva do lobby estão percorrendo todo o país recolhendo sugestões e editando documentos com todas as questões polêmicas do movimento sindical.

O primeiro caderno editado pela CNPL, "Brasil Constituinte — Estrutura e Representatividade Sindical", é uma coletânea de assuntos de interesse dos trabalhadores e que certamente constarão das discussões na Constituinte. A única tese, apresentada de forma mais incisiva no documento do lobby, por enquanto, é a questão de greve, tida como um instrumento de pressão dos trabalhadores, que não deve ser restringido de nenhuma forma no texto constitucional.